



Acusação Ministério do Ensino Superior terá "ignorado" todas as avaliações de cursos, universidades e politécnicos

AValiação DO ENSINO SUPERIOR

Impunidade para cursos e instituições fracas

Ⓜ Maria José Margarido

Durante dez anos, as universidades e politécnicos portugueses e respectivos cursos foram avaliados. Mas não houve qualquer consequência para aqueles que têm problemas graves de ensino e aprendizagem, deficiências nos programas e apresentam reiteradamente maus resultados. Outras houve que se recusaram, pura e simplesmente, a participar no processo de avaliação. Os vários titulares do Ministério do Ensino Superior "não fizeram nada", ao contrário do que estava previsto na lei e que ia da advertência a cortes no financiamento público e encerramento de portas.

A crítica é feita num relatório do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Cnaves), elaborado para apresentar às instituições europeias que vão auditar todo o sistema português. A OCDE foi encarregue de avaliar a racionalidade da organização global das instituições e sua relação com a tutela; a Associação Europeia para a Avaliação da Qualidade do Ensino Superior (ENQA) vai aferir o próprio sistema de

avaliação português, que integra universidades públicas e privadas e os politécnicos. Antes que apontassem o dedo a esta evidência, o Cnaves – que engloba todos os subsistemas – fê-lo primeiro, dizendo que "nunca foi referido ao conselho qualquer análise consistente, por parte da tutela, dos relatórios de avaliação produzidos, e a impressão que fica é a de que foram ignorados".

Presidido por Adriano Moreira, o Cnaves faz, nesta altura crucial, outras críticas – além da que evidencia a paralisia do ministério em relação aos resultados da avaliação e a ausência de resposta aos casos de recusa em participar no processo. O relatório refere ser "inconcebível" a inexistência de uma base de dados

Certas instituições recusaram, pura e simplesmente, participar no processo de avaliação. O ministério não fez nada

nacional com factos e indicadores sociais, académicos e financeiros. Afinal, todo o sistema de avaliação "tem um enorme potencial para produzir informação fiável e comparável, que poderia ter sido utilizada para alimentar essa base de dados" – cuja criação era da responsabilidade, mais uma vez, do Ministério do Ensino Superior. Que não o fez.

Como consequência destas e de outras omissões, "a opinião pública acerca do sistema de avaliação foi contaminada pela sensação de que todos os relatórios e iniciativas de aferição do sistema tinham poucas ou nenhuma consequências".

Como autocrítica, a complexidade da estrutura organizacional, com o Cnaves e três conselhos de avaliação diferentes, que "coloca entraves à eficácia e dilui responsabilidades". A estrutura de Adriano Moreira deposita esperanças na nova fase de avaliação, embora "o facto de não existirem, há muito tempo, políticas claras de ensino superior dificulte a tarefa". E as intenções do Governo de dotar o País de uma agência de acreditação e mudar a avaliação "parece dirigir-se mais à opinião pública do que à efectiva melhoria da qualidade no ensino superior".